



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

Rio de Janeiro - 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

Relatório de Gestão do Exercício de 2022 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU 198/2022.

Rio de Janeiro – 2022



Lista de Siglas e Abreviações:

CORECON – Conselho Regional de Economia
COFECON – Conselho Federal de Economia
SEREG – Secretaria de Registro
CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento
ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
CAT – Certidão de Acervo Técnico
LTN – Letra do Tesouro Nacional
AEALC – Associação dos Economistas da América Latina e Caribe
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas
CTC – Comissão de Tomada de Contas
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de tabelas

Tabela 1: Identificação da Entidade	9
Tabela 2: Estrutura Organizacional	10
Tabela 3: Total gasto com diárias.....	27
Tabela 4: Comparativo de Receitas 2020-2021.....	45
Tabela 5: Comparativo de Despesas 2020-2021	45
Tabela 6: Resultados da área fim	46
Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho	47
Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho	50
Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade	50
Tabela 10 Terceirização de mão de obra	51
Tabela 11: Despesas com Pessoal	51
Tabela 12: Contratos terceirizados	52
Tabela 13: Transferência de recursos	54
Tabela 14: Balanço financeiro	55
Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais	56
Tabela 16: Balanço Patrimonial	57
Tabela 17: Balanço Orçamentário	58

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma.....	11
Figura 2: Modelo de Negócios.....	13



Sumário:

Apresentação	6
1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade	7
2 – Visão geral organizacional e ambiente externo	9
3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
4 – Governança, Estratégia e Desempenho	15
5– Descrição das estruturas de governança	16
6 – Resultados e Desempenho da Gestão:	28
7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	42
8- Demonstrações contábeis	55
9- Outras informações relevantes	58
Anexos e apêndices	60



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2022, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2022 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório foi dividido da seguinte forma:

- 1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade
- 2 – Visão geral organizacional e ambiente externo
- 3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas
- 4 – Governança, Estratégia e Desempenho
- 5 – Descrição das estruturas de governança
- 6 – Resultados e Desempenho da Gestão:
- 7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão
- 8- Demonstrações contábeis
- 9- Outras informações relevantes
- Anexos e apêndices

1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade

Finalizado o exercício de 2022, o Corecon-RJ apresenta suas realizações no cumprimento de sua missão institucional, que é a fiscalização do exercício da profissão de economista bem como buscar fortalecer o exercício da profissão de Economista, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as principais linhas de atuação da fiscalização, podemos destacar:

- Fiscalização de exercício profissional: Em 2022, foram abertos 140 processos, sendo 69 de pessoas físicas e 71 para pessoa jurídica.
- Processos ético-profissionais: Apenas 01 processo em andamento ao final de 2022.
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT): Foram emitidas 71 ARTS (22 para pessoas físicas e 49 para pessoas jurídicas), e 4 CATS (2 para pessoas jurídicas e 2 para pessoas físicas).

O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a discussão de diversos temas ligados a ciência econômica. A maior iniciativa foi o patrocínio do curso promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos - IBEP: “Pensadores do Brasil”, que teve programação destinada a promover a leitura crítica e o aprofundamento da compreensão de obras consideradas seminais. As aulas abordaram temas das interpretações do Brasil e seus intérpretes, as especificidades do Brasil e a identidade nacional; Estado moderno no Brasil; sociedade e cultura brasileira; formação econômica e modernização da economia brasileira. Internamente, o Corecon-RJ realizou dois cursos em formato online: Temas de Conjuntura II (gratuito), aberto ao público em geral; e o Curso de Perícia Judicial Econômica.

Outra importante iniciativa foi a promoção do livro “Dominância Financeira e Privatização das finanças públicas no Brasil”, organizado por Rudinei Marques e José Celso Cardoso. No dia 15/08, foi realizado um debate sobre o livro que contou com a presença de José Celso Cardoso, Arnaldo Provasi Lanzara, Eduardo Costa Pinto, Renata Lins e Antonio José Alves Jr.

O CORECON-RJ concedeu apoios em 2022 a eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: Apoio institucional para publicação da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política; II Colóquio Relações Internacionais e Marxismo; XV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira - AKB; 46º ENECO Rio 2022; Congresso Nacional do Coletivo Desajuste - Economia Fora da Curva; Semana de Economia da UFF - Campos dos Goytacases; XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia; e XXXVII Congresso da ANGE.



Com o intuito de regularização dos nossos economistas e empresas que se encontram na condição de inadimplentes com suas obrigações legais, em 2022 o CORECON-RJ aderiu ao programa de Recuperação de Créditos promovido pelo Conselho Federal de Economia (Recred). Nele estavam previstas isenções totais ou parciais de encargos moratórios (juros e multas). Para atendimento aos interessados, o Conselho disponibilizou um atendente para cuidar exclusivamente do programa. Inicialmente, os devedores foram contatados através do envio de e-mails, de telefonemas e do aplicativo whatsapp, e para tornar ainda mais fácil sua adesão, todos os procedimentos foram realizados por telefone e e-mail, desde a assinatura do acordo até o envio dos boletos bancários, evitando assim deslocamentos à sede do Conselho. Ao final de 2022, 424 economistas e 24 empresas registradas aderiram ao programa.

Os objetivos traçados para o exercício de 2022 foram concluídos em parte ou, em alguns casos, estão em andamento. Destacamos que a situação financeira do Corecon-RJ encontra-se em recuperação.

Flávia Vinhaes Santos
Presidente

2 – Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 – Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão:

Tabela 1: Identificação da Entidade

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1a Região/RJ	
Denominação Abreviada: Corecon-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

2.1.1 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2022 (Renovação do 3º Terço do Plenário), n.º 02/2022 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2022 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2022 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2022 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).
- Composição acionária do capital social e participação em outras sociedades: Não se aplica

2.1.3 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º

31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O Corecon do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

2.2 – Estrutura Organizacional

Tabela 2: Estrutura Organizacional

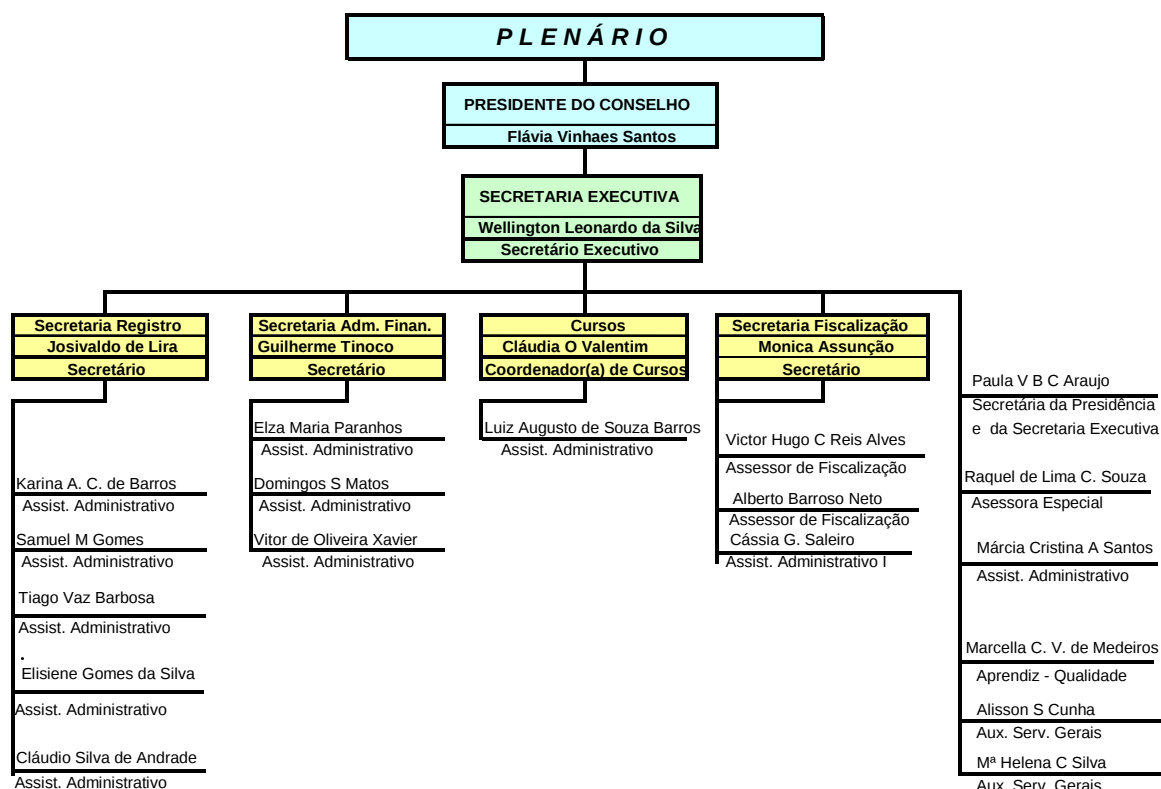
Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2022
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	Flávia Vinhaes Santos	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2022
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2022
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2022
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2022

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2022
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Coordenadora de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2022

Figura 1: Organograma

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2022





2.3 - Ambiente externo

Apesar da melhora dos índices de desemprego no Rio de Janeiro, muitos economistas solicitaram cancelamento ou suspensão de registro em função do desemprego, além daqueles que continuam na situação de ativos e inadimplentes. A crise econômica que ainda assola o Estado do Rio de Janeiro, aprofundada pela pandemia do novo coronavírus Covid-19, atingiu economistas, empresas e consultorias do ramo financeiro, elevando o número de cancelamentos de registros neste Regional.

2.4 - Modelo de Negócios

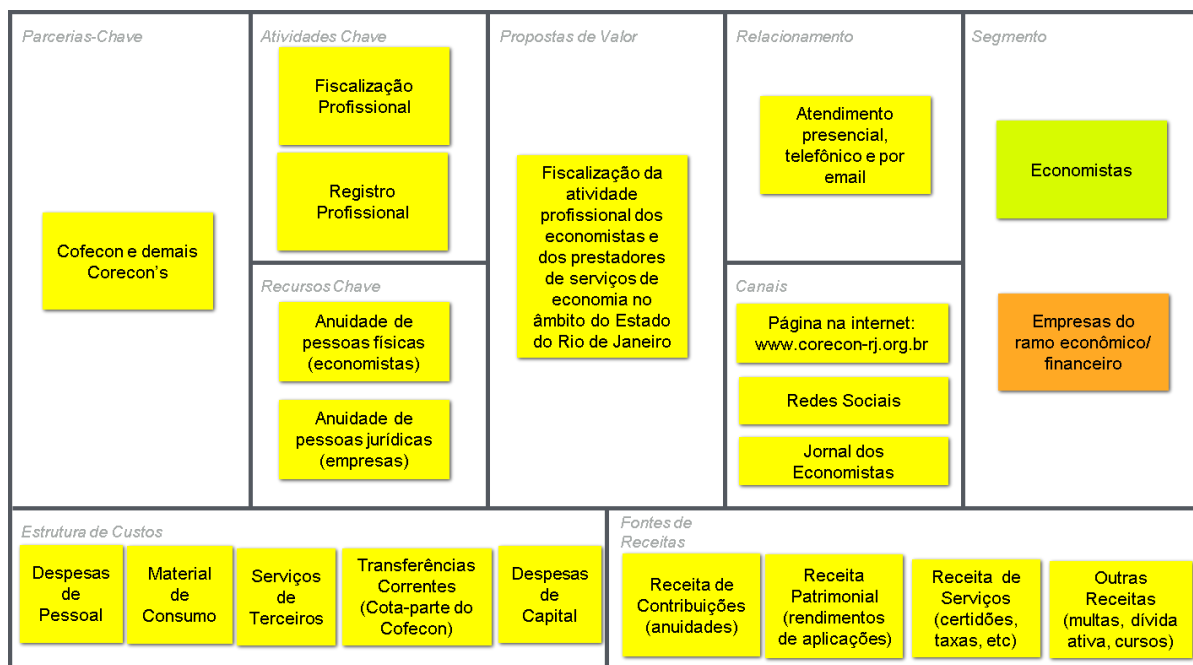
Conforme previsto na Lei nº 1.411 de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, o Corecon-RJ possui as seguintes fontes de recursos:

Art 11. Constitui renda dos C.R.E.P:

- a) 4/5 das multas aplicadas;*
- b) 4/5 da anuidade prevista no artigo 17;*
- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento interno do C.F.E.P;*
- d) doações e legados;*
- e) subvenções dos governos.*

Das fontes de recursos previstas em lei, as anuidades correntes de economistas e empresas registrados são as que compõem a maior parte das receitas do Corecon-RJ. As demais fontes de recursos são multas arrecadadas pelo exercício ilegal da profissão; rendimentos de aplicações financeiras (poupança e títulos públicos federais); emissão de carteiras e certidões; dívida ativa (anuidades em atraso) e receitas diversas (cursos e outros). Vinte por cento das receitas previstas em lei são repassadas ao Conselho Federal de Economia, que é o órgão responsável pela elaboração de normas e diretrizes para os conselhos regionais de economia. O modelo de negócios está ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Modelo de Negócios



2.5 - Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Podcast “Entre Celsos e Marias”: Entrevistas e debates semanais sobre diversos temas da ciência econômica;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Acesso a Informação: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos e outras informações de gestão;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.

Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.

Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter.



3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 – Cobrança de anuidades:

Responsável por mais da metade das receitas, a cobrança de anuidades correntes é a principal fonte de recursos do Corecon-RJ. Portanto, qualquer variação no índice de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, assim como o fluxo de novos registros e cancelamentos, impacta diretamente nas finanças da autarquia. De forma a mitigar a inadimplência, o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação à cobrança de anuidades vigentes e passadas, fazendo recobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

Com o intuito de regularização dos nossos economistas e empresas que se encontram na condição de inadimplentes com suas obrigações legais, em 2022 o CORECON/RJ aderiu ao programa de Recuperação de Créditos promovido pelo Conselho Federal de Economia. Nele estavam previstas isenções totais ou parciais de encargos moratórios (juros e multas). Para atendimento aos interessados, o Conselho disponibilizou um atendente para cuidar exclusivamente do programa. Inicialmente, os devedores foram contatados através do envio de e-mails, de telefonemas e do aplicativo whatsapp, e para tornar ainda mais fácil sua adesão, todos os procedimentos foram realizados por telefone e e-mail, desde a assinatura do acordo até o envio dos boletos bancários, evitando assim deslocamentos à sede do Conselho. Ao final de 2022, 424 economistas e 24 empresas registradas aderiram ao programa.

3.2 – Legislação

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 8666/93. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.3 – Gestão de Pessoal:

Conforme determinação do TCU e STF, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho. Atualmente, o Corecon-RJ possui uma pendência em termos trabalhistas (Processo N° 0769413-95.1900.4.02.5101) cujo reclamante pleiteia um valor aproximado de

R\$2.000.000,00. A Administração do Corecon-RJ fez uma tentativa de acordo com o reclamante em 2018, porém sem sucesso. De forma a dirimir os riscos de uma eventual decisão judicial desfavorável, o Corecon-RJ destinou créditos adicionais no orçamento especificamente para esta finalidade. Em 2020, a juíza responsável pelo julgamento do processo ordenou o bloqueio de R\$2.008.774,07 nas contas do Corecon-RJ.

3.4 – Aplicações financeiras:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em poupança e em títulos públicos, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos (Acórdão TCU 03/2003– Ata 01/2003 – Plenário; Acórdão TCU 120/2003 - Ata 05/2003 – Plenário). Em 2022, os recursos foram mantidos em poupança e no fundo BB Setor Público Diferenciado, que possui maior liquidez e é lastreado em títulos públicos.

4 – Governança, Estratégia e Desempenho

4.1– Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2022 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 20 anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

4.1.1 – Valorização da Profissão

4.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal;

4.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente;

4.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;

4.1.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;

4.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;

4.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;

4.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia;

4.1.1.9 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;

4.1.1.10 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet;

4.1.1.11 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;

4.1.1.12 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;

4.1.1.13 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das

fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;

4.1.1.14 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;

4.1.1.15 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;

4.1.1.16 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional.

4.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

4.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;

4.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;

4.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;

4.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;

4.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;

4.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;

4.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;

4.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;

4.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;

4.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;

4.1.2.12 – firmar convênio com o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;

4.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;

4.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionadas aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;

4.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;

4.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;

4.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;

4.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;

4.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2022;

4.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;

4.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;

4.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;

4.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

4.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;

4.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;

4.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;

4.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;

4.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;

4.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;

4.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;

4.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;

4.1.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;

4.1.3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade;

4.1.3.11 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia;

4.1.3.12 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;

4.1.3.13 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;

4.1.3.14 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na Sereg;



4.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

4.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;

4.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;

4.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;

4.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;

4.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;

4.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;

4.1.4.7 – manter a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos;

4.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

4.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

4.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil;

4.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;

4.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;

4.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;

4.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;

4.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;

4.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;

4.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;

4.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;

4.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos;

4.1.5.11 – contribuir na viabilização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia de 2022;

5 – Descrição das estruturas de governança

5.1. –Comissões de Trabalho:

Em 2022, atuaram doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

5.1.1 – Alienação de bens

Conselheira Clician do Couto Oliveira

5.1.2 – Análise do acervo da Biblioteca

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

5.1.3 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro João Hallak Neto

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa

Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

Economista Paulo Sergio Souto

5.1.4 – Cursos

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha



Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

5.1.5 – Licitações

Conselheiro Arthur Camara Cardozo (Titular)

Conselheiro João Hallak (Suplente)

Funcionários: Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Josivaldo de Lira

5.1.6 – Política Econômica

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro João Hallack Neto

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro Antonio José Alves Júnior

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

5.1.7 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro Arthur Camara Cardozo

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

5.1.8 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

Conselheiro João Hallack Neto

5.1.9 – Semana do Economista

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheira Flávia Vinhaes Santos

Conselheiro Arthur Camara Cardozo

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.1.10 – Tomada de Contas

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães

Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

Conselheiro Gilberto Caputo Santos



5.1.11 – Comunicação

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

5.1.12 – Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa

Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.2 – Relação dos dirigentes:

5.2.1 – Conselheiros Efetivos

1º TERÇO: (2020-2022)

Arthur Camara Cardozo
Marcelo Pereira Fernandes
Sidney Pascoutto da Rocha

2º TERÇO: (2021-2023)

Antônio dos Santos Magalhães
Flávia Vinhaes Santos
Fernando D' Angelo Machado

3º TERÇO: (2022-2024)

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Antonio Melki Júnior – até 14.02.22
José Antonio Lutterbach Soares

5.2.2 – Conselheiros Suplentes

1º TERÇO: (2020-2022)

Gustavo Souto de Noronha
João Hallak Neto
Regina Lúcia Gadioli dos Santos



2º TERÇO: (2021-2023)

Cesar Homero Fernandes Lopes
Gilberto Caputo Santos
Miguel Antônio Pinho Bruno

3º TERÇO: (2022-2024)

José Ricardo de Moraes Lopes
Clician do Couto Oliveira
Antonio José Alves Júnior

5.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.

5.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Ocupada em 2022 pelo Economista Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo
Assessora Esp. da Secretaria Exec. e Presidência: Raquel de Lima da Cunha e Souza

Assistente Administrativo: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais: Alisson Souza Cunha

Auxiliar de Serviços Gerais: Maria Helena Conceição da Silva

Aprendiz- Qualidade em Serviços Administrativos: Marcella Clarice Veiga de Medeiros

5.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário de Adm e Finanças: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2022 pelo Economista Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativo: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo: Vitor de Oliveira Xavier

5.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a



Assessoria Jurídica nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário de Registro: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2022 pelo Economista Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo: Elisiene Gomes da Silva e Silva

Assistente Administrativa: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistente Administrativo: Thiago Vaz Barbosa

Assistente Administrativo: Cláudio Silva de Andrade

5.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretária de Fiscalização: Exerce a chefia imediata na Secretaria e sua ocupante em 2022 foi a Economista Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização: Economista Victor Hugo Campos Reis Alves

Assessor de Fiscalização: Economista Alberto Barroso Neto

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Cássia Gammara Saleiro

5.3.5 – Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim. (Obs: A empregada esteve de licença médica desde o início do exercício até o dia 13/12/22)

Assistente Administrativo: Luiz Augusto de Souza Barros

5.3.6 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.

Jurídica: Cacau de Brito, Pires Ferreira, Barcelos Romeiro, Sociedade de Advogados

Imprensa: Diagrama Comunicação

Informática: Spectranet Consultoria Ltda

5.4 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não



seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2022 não foi contratada empresa de auditoria independente

5.6 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

5.7 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

5.7.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

5.7.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os pagamentos efetuados por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição das despesas e valores. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial: [PORTAL-CORECON-RJ](https://portal-corecon-rj.org.br)

Além da Prestação de Contas, consta também um link específico de “Acesso a Informação” com todas as informações relevantes sobre a gestão da unidade.

5.7.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em virtude do Corecon-RJ estar localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia um portador à residência do registrado ou interessado.

A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

5.8 – Valor gasto com Fiscalização

Em 2022, o valor gasto com a atividade-fim do Corecon-RJ, Fiscalização, foi de R\$535.150,93. Este valor engloba os gastos com salários, encargos, benefícios, etc. O Corecon-RJ não possui automóveis e telefones celulares. Não houve concessão de diárias a empregados da Secretaria de Fiscalização em 2022.

5.9 – Valor gasto com Diárias de Conselheiros

Na tabela abaixo constam os valores totais de diárias concedidas aos Conselheiros, empregados e convidados no exercício de 2022. As diárias foram concedidas em função de viagem para eventos de interesse do Corecon-RJ e localizados fora da cidade do Rio de Janeiro. Não há pagamento de jetons e outro benefícios aos Conselheiros em virtude do cargo.

Tabela 3: Total gasto com diárias

<i>Total de Diárias em R\$ concedidas a Conselheiros - 2022</i>	
Antonio Dos Santos Magalhães	R\$ 3.904,00
Antonio José Alves Junior	R\$ 6.832,00
Arthur Câmara Cardozo	R\$ 3.904,00
Clician do Couto Oliveira	R\$ 3.904,00
Elias Marco Khalil Jabbour	R\$ 1.952,00
Fenando D'angelo Machado	R\$ 3.904,00
Flávia Vinhaes Santos	R\$ 16.536,00
Guilherme Cardoso Figueiredo	R\$ 976,00
Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	R\$ 3.904,00
Gustavo Souto de Noronha	R\$ 3.904,00
João Hallak Neto	R\$ 3.904,00
José Antonio Lutterbach Soares	R\$ 14.584,00
Marcelo Pereira Fernandes	R\$ 9.760,00
Paulo Nogueira Batista Junior	R\$ 1.952,00
Sidney Pascoutto da Rocha	R\$ 4.880,00
Wellington Leonardo da Silva	R\$ 976,00
Yuri Arruda Góes	R\$ 976,00
Total	R\$ 86.752,00

6 – Resultados e Desempenho da Gestão:

6.1- Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Conforme ações detalhadas no item 4.1, seguem os resultados quantitativos e qualitativos alcançados para as ações previstas no exercício de 2022:

6.1.1 – Valorização da Profissão

6.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

6.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente: No dia 13 de novembro de 2013 foi encaminhado, ainda na antiga gestão da Secretaria de Fiscalização, para análise da Secretaria Executiva, um esboço inicial do material que poderá ser fornecido aos estudantes de Ciências Econômicas no intuito de orientá-los sobre os aspectos legais da profissão, bem como em relação às principais atividades a ela pertinentes. Como não foi aprovado até o ano de 2022, a Secretaria de Fiscalização irá elaborar novo material no ano de 2023, para aprovação. Além disso, em 2019 foi dada continuidade a ação junto às Prefeituras, cuja finalidade é verificar se as atividades de economia e finanças desenvolvidas estão sendo realizadas por profissionais habilitados, com formação em Ciências Econômicas e o devido registro em Conselho Regional de Economia. Tal ação serve para detalhar o campo de atuação profissional dos economistas nas áreas de planejamento, execução e controle de políticas setoriais que visam o desenvolvimento dos Municípios. Ademais, esclarecimentos pontuais são fornecidos às pessoas físicas e jurídicas que entram em contato com a Secretaria, assim como participação em eventos, visando disseminar o conhecimento e trocar experiência com outros Corecon's.

6.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Foi localizada, no site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma listagem contendo todos os economistas peritos autorizados a atuar em processos judiciais. Essa listagem é atualizada todo mês, o que facilita o trabalho desta Secretaria de Fiscalização no sentido de acompanhar o número de economistas peritos cadastrados, e suas situações cadastrais e financeiras junto ao Corecon-RJ. A última verificação feita em 2022 foi no mês de dezembro, onde foram identificados 156 (cento e cinquenta e seis) peritos economistas atuando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 33 (trinta e três) estavam com algum débito com o Corecon-RJ. Os profissionais serão notificados no ano de 2023. Ademais, 2 (dois) constam como suspensos no cadastro, 5 (cinco) como cancelados e 11 (onze) com registro em outro Corecon. Os casos serão analisados individualmente, também em 2023.

6.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: A Secretaria de Fiscalização acredita que conseguiu estabelecer uma maior interação após ter assumido a Gincana dos Estudantes. Ademais, esse ano houve a realização, por parte da Secretaria, da divulgação do Desafio “Quero ser Economista”, e da participação da recepção aos calouros da UFRJ, com entrega de livros, panfletos e material de divulgação.

6.1.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: As poucas tentativas de contato realizadas por esta Secretaria de Fiscalização, no passado, não geraram nenhum resultado, o que demonstra a dificuldade de se estabelecer tal atividade. Em função da pandemia de 2020, que continuou afetando o retorno das aulas presenciais durante o ano de 2021 e 2022, não foi possível realizar nenhuma ação nesse sentido.

6.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado: A possível aproximação com as Universidades poderá possibilitar o desenvolvimento desta ação. Isso dependerá das ações desenvolvidas nos itens 6.1.1.4 e 6.1.1.5, pois será necessário ter um bom relacionamento com os estudantes e com a direção das Universidades, permitindo o acesso do Corecon-RJ às dependências, e ao calendário acadêmico.

6.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários: O material citado no item 6.1.1.4 servirá de base para elaboração do material de divulgação para os estudantes universitários. Ademais, o site do Corecon-RJ possui, no campo de Legislação, o item de Áreas de atuação do Economista, que pode ser acessado por qualquer visitante. O stand montado pelo Corecon-RJ, na recepção dos calouros do curso de Ciências Econômicas da UFRJ, possibilitou a entrega de livros e de material divulgando as atividades profissionais do Economista.

6.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia: No ano de 2022, a Secretaria de Fiscalização auxiliou o Conselho Federal de Economia na realização da XI Gincana Nacional de Economia. Diferentemente dos outros anos, não houve etapa regional promovida pelo Conselho Regional, e sim pelo próprio Conselho Federal, ficando a cargo do Corecon-RJ apenas a seleção do melhor vídeo enviado pelos alunos finalistas da etapa regional. Foram 12 duplas inscritas e as seis melhores se classificaram para a segunda fase, de análise de vídeo pela Comissão formada por Conselheiros do Corecon-RJ. A dupla Guilherme Figueiredo e Yuri Arruda, da UFRJ, foi campeã da etapa regional. A referida dupla, juntamente com a dupla que ficou em segundo lugar, Maria Clara Vieira Paiva e Maria Alice da Costa Luz, da UERJ, representaram o Corecon-RJ na etapa nacional.

6.1.1.9 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Em sua 31ª edição foram premiados três trabalhos dentre os vinte e um enviados pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (3), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (3), Universidade Católica de Petrópolis (1), Universidade Federal Fluminense - Gragoatá (3); Universidade Federal Fluminense (3), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios (2); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (3); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu (3).

- Primeiro Lugar: “A aplicabilidade da MMT ao caso brasileiro: uma análise de 2000 a 2019”.
Autor: Isadora Bonitz Silva Gomes
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Segundo Lugar: “O baixo crescimento econômico brasileiro a partir da redemocratização de 1985, sua raiz institucional e as mudanças necessárias para a promoção do crescimento”.
Autor: Gerson de Arruda Neto
Instituição: Universidade Federal Fluminense – Campos
- Terceiro Lugar: “Classe média comprimida durante o experimento redistributivo recente no Brasil?”.
Autor: Igor Fois Abramof
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa: Em sua 2ª edição foi premiado um trabalho dentre os sete enviados pelas seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2), Universidade Federal Fluminense (2), Universidade Federal do Rio de Janeiro (3).

- Primeiro Lugar: “Os canais de reprodução da financeirização ao nível das firmas não-financeiras; as particularidades do caso brasileiro após o plano real”.
Autor: Vinícius da Silva Centeno
Instituição: Universidade Federal Fluminense

6.1.1.10 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet: Esta tarefa é realizada de acordo com a demanda, que chega por e-mail, ou através de verificação por parte dos funcionários da Secretaria de Fiscalização. Por causa da pandemia de 2020, muitas oportunidades de trabalho estão sendo oferecidas com atuação de forma remota, o que dificulta essa atividade, pois o profissional contratado pode não residir no Rio de Janeiro. Para 2023, a Secretaria de Fiscalização irá intensificar a fiscalização para verificar se as ofertas de trabalho para

economistas estão cumprindo o que determina a Lei e, posteriormente, solicitar a publicação em nosso site.

6.1.1.11 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor: A ação implementada em 2013, visando a fiscalização das Prefeituras do Rio de Janeiro, teve o objetivo de divulgar o elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado. Essa atividade teve continuidade no ano de 2022.

6.1.1.12 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Em 2022, não identificamos a abertura de concursos públicos na área de economia e finanças. No caso das empresas de RH, a Secretaria de Fiscalização chegou a abrir processo quando verificava uma vaga oferecida para determinada contratante sendo ofertada por empresa de recrutamento, mas sempre havia a alegação de que a responsabilidade pelos requisitos da vaga seria da empresa contratante, e que não poderia fornecer o nome da contratante, pois existia um termo de confidencialidade. A nossa Assessoria Jurídica falou que não poderíamos fazer nada, somente ofícios informativos. Desta forma, a Secretaria de Fiscalização tem evitado instaurar processos dessa natureza, pois somente envolve custos e não resultam em registros ativos. Entretanto, com acesso ao LinkedIn, verificamos diversas oportunidades de trabalho divulgadas pela própria empresa contratante, e atuamos enviando Ofício solicitando alteração dos requisitos para contratação, com a exigência do registro profissional. Em 2022, foram abertos 26 processos com essa finalidade. A maioria das empresas preferiu retirar as atividades da área de economia e finanças, mas obtivemos dois registros de pessoa física e a alteração de requisitos em alguns casos, onde foi incluída a obrigatoriedade de registro em Conselho Regional de Economia para os Bacharéis em Ciências Econômicas. Como as vagas eram destinadas para profissionais que possuíam também outras graduações, nem sempre o selecionado era formado em economia, o que não resultou no registro do mesmo.

6.1.1.13 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista: Como já adiantado, não foi verificada abertura de concurso público para área de economia e finanças em 2022. A Secretaria de Fiscalização pretendia realizar, no ano de 2022, uma pesquisa para o levantamento das principais organizadoras de concursos públicos, cujo objetivo seria o envio de Ofício informativo da profissão do economista, mas como não foram verificadas ofertas de vagas para Economistas nos concursos instaurados no ano, optamos por realizar a tarefa em 2023, com a expectativa de melhora no cenário da economia e abertura de novos concursos. Apesar das Instituições alegarem não possuírem ingerência sobre os Editais publicados, a

conscientização é sempre importante como forma de prevenir que vagas privativas de economistas sejam oferecidas para profissionais sem a devida qualificação profissional. Ademais, será solicitado ao Cofecon que realize uma ação junto as maiores empresas do Brasil, visando reforçar a importância da contratação de economistas, uma vez que muitas estão substituindo o cargo de Economista por cargos como Analistas ou Tecnologistas, e contratando profissionais com as mais diversas graduações para desempenho de atividades na área de economia e finanças.

6.1.1.14 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Esta tarefa é realizada de acordo com a demanda, que chega por e-mail, ou através de verificação por partes dos funcionários da Secretaria de Fiscalização.

6.1.1.15 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa divulgação ocorre de maneira permanente no site do Corecon-RJ, e pelo menos duas vezes por ano através de publicação no Jornal dos Economistas. Foram emitidas 71 (setenta e uma) ARTS (vinte e duas para pessoas físicas e quarenta e nove para pessoas jurídicas), e 4 (quatro) CATS (duas para pessoas jurídicas e duas para pessoas físicas).

6.1.1.16 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional: A ação se deu através do patrocínio de eventos em universidades como o 46º ENECO Rio 2022, realizado na UFRJ, e Semana de Economia da UFF realizado no Campos dos Goytacases. No Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), realizado em João Pessoa pelo Sistema COFECON-CORECONs, não havia previsão de atividades direcionadas a estudantes de economia, exceto a Gincana Nacional de Economia.

6.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

6.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: Após a adoção de planilha de controle dos prazos dos processos administrativos de fiscalização, e do manual de elaboração dos procedimentos ético-profissionais, ambos os tipos de processos começaram a ser tratados de maneira mais eficaz e com maior celeridade, o que pode ser comprovado através da redução do tempo médio de andamento dos referidos processos.

6.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Dos 35 (trinta e cinco) registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2022, nenhum foi reativação de registro cancelado. Com relação

a registros provisórios vencidos, a Secretaria de Fiscalização também não conseguiu identificar nenhuma situação. Foi gerado um relatório sobre os registros de credenciais de estudantes, resultando em 537 (quinhentos e trinta e sete) registros. Com apenas três fiscais, verificar a situação atual de cada registro de estudante demanda muito tempo, pois ainda existem os processos em andamento e as outras rotinas do setor. A verificação, tanto dos estudantes como dos registros provisórios, precisará de tempo para ser realizada, e se realizará de forma contínua ao longo dos anos.

6.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguiu: A Secretaria de Registro atualizou os dados cadastrais de 547 economistas e 128 empresas registradas.

6.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Nenhum registro de 2022 foi de economista responsável por empresa registrada no Corecon-RJ. Dois economistas se registraram pelo fato da empresa possuir processo de fiscalização. Após o aprendizado sobre geração de relatórios no novo sistema implementado, a Secretaria de Fiscalização também poderá emitir listagem das empresas sem economista responsável, visando sanar essa irregularidade.

6.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: A Secretaria de Fiscalização atuou de forma pontual nessa tarefa, por não ser a atividade principal do setor. Foram enviadas para Secretaria de Registros 02 (duas) atualizações de endereços de pessoas físicas, e de endereços e razões sócias de 03 (três) pessoas jurídicas.

6.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado: Nenhum dos 35 (trinta e cinco) registros novos foi de reativação de registro cancelado. No caso das pessoas jurídicas, é muito raro de verificar, pois normalmente o cancelamento ocorre ou por encerramento das atividades, e no caso de extinção de número de CNPJ, ou por decisão judicial, o que impede a Secretaria de Fiscalização de instaurar um novo processo administrativo.

6.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: Houve abertura de 12 (doze) processos contra empresas do mercado financeiro em 2022, visando obtenção de informação sobre seus funcionários.

6.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam: Conforme já adiantado no item 6.1.1.13, a

ação não foi desenvolvida em 2022, tendo sido realizada apenas parcialmente, através de verificações pontuais.

6.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas: A ação é contínua e, após a abertura dos processos de fiscalização contra as Prefeituras do Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização já possui a informação de que diversas delas estão agindo dentro da Lei, com economista responsável pelas Secretarias atuando na área de economia e finanças do município. Assim, a Secretaria de Fiscalização entende que vem mantendo a política de executar ações de fiscalização nos Órgãos citados.

6.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro: O objetivo para o ano de 2022 era empreender esforços visando a finalização da ação implementada no ano de 2013, referente à obrigatoriedade das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro que possuem Secretarias relacionadas às atividades de economia e finanças, a indicarem o economista responsável pela realização de tais atividades; e de manter um relacionamento cordial e mais próximo com as 92 (noventa e duas) Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, através do auxílio para elaboração de editais de concursos públicos e de orientação para contratação de empresas devidamente registradas no Corecon-RJ, quando houver necessidade de realização de atividades na área de economia e finanças de forma pontual. Como alguns processos ainda estão na justiça, e também em função da pandemia, essa atividade não pôde ser finalizada.

6.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica: Dos 35 (trinta e cinco) novos registros em 2022, 19 (dezenove) foram através da utilização da ferramenta LinkedIn, 1 (um) através do Diário Oficial, e 2 (dois) através do Diário do Comércio (um deles em conjunto com LinkedIn), representando quase 63% dos registros realizados através da Secretaria de Fiscalização em 2022. No caso das pessoas jurídicas, foram 4 (quatro) registros, sendo 1 (um) registro derivado da pesquisa através da JUCERJA:

6.1.2.12 – firmar convênio com a e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Foi realizado, em 2016, convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. Em 2022, através de pesquisas no próprio site da JUCERJA, a Secretaria de Fiscalização identificou uma forma de realizar pesquisas, através do nome para identificar empresas de consultoria econômica. Foram identificadas 13 (treze) empresas, e foram instaurados processos para todas.

6.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional: Essa atividade está relacionada com todas as outras voltadas à aproximação do Corecon-RJ com as Universidades. A realização da Gincana, do Desafio “Quero ser Economista” e a participação em semana de recepção de calouros nas Universidades permite essa integração maior, mas a Secretaria de Fiscalização observa que essa relação se estabelece mais entre alunos e Corecon-RJ do que as diretorias de faculdades de economia e o Corecon-RJ.

6.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: A execução da ação depende da finalização do item 6.1.1.3, e da implementação das ações de aproximação junto às Universidades.

6.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental: A Secretaria de Fiscalização tentou programar essa ação para o ano de 2017, mas não encontrou fontes de pesquisa confiáveis. Com a utilização do convênio da JUCERJA, que gerou abertura de muitos processos de fiscalização, a pesquisa para identificação das possíveis empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental ficou para 2018, e anos subsequentes. Em 2019, não obtivemos resultados positivos para essa ação. Já no ano de 2020 e 2021, essa ação não pôde ser realizada em função da pandemia. Em 2022, ao tentar retomar a atividades, verificamos que muitos dados estavam defasados. Como não foi renovado o convênio com a JUCERJA, a ação foi adiada para 2023, onde a Secretaria de Fiscalização tentará obter uma nova fonte de pesquisa para identificar empresas que estejam atuando nessa área.

6.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

6.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

6.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: Com a crise financeira de 2020, e pela mudança na forma de pesquisa do PROCOB, a Secretaria de Fiscalização não verificou abertura de novas Consultorias Econômicas que possuíam professores como sócios.

6.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: Essa tarefa pretendia ser alcançada através do convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. As duas tentativas feitas em 2016 (Campos dos Goytacazes e Macaé) não

surtiram grandes resultados. Com a pandemia em 2020, e continuidade em 2021 e 2022, não foi possível identificar as regiões que estão se desenvolvendo no Estado, e será necessário aguardar os efeitos gerados pela Covid-19 na economia fluminense para que essa avaliação seja feita.

6.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2021: No ano de 2020, foram abertos 96 processos, e no ano de 2022 foram instaurados 140, sendo 69 de pessoas físicas e 71 para pessoa jurídica.

6.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas: No caso das pessoas físicas, houve um aumento de 40% (quarenta por cento) no número de registros, comparado ao ano de 2021. O número de registro de pessoas jurídicas continua baixo, e não deve ser muito diferente nos anos seguintes à pandemia, devido à crise econômica esperada para o Estado do Rio de Janeiro, mas houve aumento de 100% (cem por cento) se comparado ao ano de 2021.

6.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais: No final de 2022, existia apenas 1 (um) processo ético em andamento, que ainda não foi encerrado pois a Secretaria de Fiscalização está encontrando dificuldade de localizar o economista denunciado. Após a elaboração do roteiro de processos éticos, todos estão sendo conduzidos da forma correta e finalizados dentro de prazo razoável.

6.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista: A Secretaria está sempre atuando para melhorar os procedimentos de fiscalização. Participou da elaboração do Manual da Fiscalização, em 2019, com o intuito de unificar os procedimentos de fiscalização de todo sistema Cofecon/Corecon's, e atualizar a Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista. É sempre procurada pelo Cofecon para analisar casos considerados importantes para o sistema. Em 2022, a Secretária de Fiscalização participou, como palestrante, do Treinamento de Fiscalização do Sistema Cofecon/Corecon, procurando dividir conhecimentos e sugerir alterações em procedimentos identificados ineficazes na rotina do cotidiano. Por se tratar de ação contínua, a Secretaria sempre atua de forma pontual, quando verifica alguma necessidade de alteração.

6.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

6.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo

incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

6.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

6.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: A reestruturação da Secretaria se dá de modo contínuo durante o exercício, à medida que são realizadas ações que visem melhorar seus fluxos internos, de modo que os serviços prestados aos economistas e empresas sejam realizados no menor tempo e de maneira satisfatória. Os novos procedimentos e/ou ações surgidos no dia-a-dia da Secretaria ainda não foram compilados no formato de manual. Sempre que surgem novos procedimentos e/ou ocorrem melhorias naqueles já vigentes, os mesmos são encaminhados aos funcionários do setor, via e-mail, para esclarecimentos e solicitação de cumprimento, sendo que os mesmos são salvos e armazenados, para posterior utilização na confecção do manual. Iniciou-se em março de 2015 o trabalho de saneamento geral de todo o acervo dos processos administrativos de Economistas, empresas, e estudantes. O trabalho consiste em colocar o termo de abertura, colocar os autos dos processos em ordem cronológica, paginar os autos dos processos, e trocar a capa, quando necessário. Para a realização desta atividade, os funcionários da Sereg ficam diariamente 1 hora no arquivo. O trabalho encontra-se na fase de saneamento dos processos dos Economistas. O trabalho de saneamento foi retomado em novembro de 2022. Toda demanda surgida na Secretaria, deve, para seu atendimento, ser necessariamente acompanhada do respectivo processo administrativo. O atendente, antes de encaminhá-lo ao Secretário para despacho, deve sanear o processo, conforme especificações previamente estabelecidas. Em 2022 foram saneados 1.515 processos administrativos de economistas e estudantes, e 140 processos de empresas que transitaram na Sereg para atendimento às diversas demandas formalizadas.

6.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria.

6.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Em 2022, esta ação não foi iniciada.

6.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos, conforme determinados pelo regramento legal editado pelo Cofecon, ou no surgimento de necessidades na Secretaria e/ou no Conselho. No ano de 2022 não foram criados novos formulários.

6.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Foi dada continuidade, no âmbito financeiro, ao controle diário sobre as parcelas de renegociações não pagas, cujas datas de vencimento são os dias imediatamente anteriores. Ao se verificar que a parcela encontra-se em aberto, o Secretário do Registro encaminha uma cópia do boleto, via Sistema, com a mensagem, no corpo do e-mail, de que o boleto deverá ser atualizado no site do Banco do Brasil para o devido recolhimento. Esta ação tem reduzido o número de Acordos de renegociação desfeitos por falta de pagamento de uma ou duas parcelas.

6.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: O Corecon-RJ utiliza o sistema do Banco do Brasil licitações-e e manteve a utilização deste sistema em 2022.

6.1.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: Em 2022, ação não realizada.

6.1.3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: Em 2022, ação não realizada.

6.1.3.11 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia: Ação iniciada em 2022 e com previsão para término no início de 2023.

6.1.3.12 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho, e também devido à falta de recursos humanos, uma vez que o responsável pela ouvidoria seria aquele profissional conhecedor dos processos internos, das atividades realizadas pelas Secretarias, e dos aspectos legais que regem a profissão de economista.

6.1.3.13 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Em 2022, ação não realizada.

6.1.3.14 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG: Ação em andamento. A caixa onde serão depositadas as mensagens já foi providenciada, restando pendente a elaboração do questionário/formulário que será entregue aos Economistas e representantes das empresas onde expressarão seus pontos de vista, formalizarão reclamações, sugestões ou elogios.

6.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

6.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o objetivo proposto para o exercício de 2022 foi o de elevar em 5% a arrecadação em relação a 2021. O resultado individual aponta um acréscimo nominal de 8,52% das anuidades dos economistas, e um decréscimo de 8,09% das pessoas jurídicas. O resultado consolidado aponta um acréscimo de 5,83% em relação ao exercício de 2021, demonstrando assim que a meta foi atingida, apresentando um acréscimo de quase 1% em relação a 2021.

6.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário: Para os débitos em aberto dentro do prazo prescricional, o Corecon-RJ, através da Secretaria de Registros, emitiu uma recobrança (cobrança dos débitos atualizados, realizada através de boletos bancários encaminhados aos economistas e empresas), que objetivou a recuperação dos débitos referentes à anuidade do exercício de 2022. Estes dados ainda não foram disponibilizados pelo sistema. Para a cobrança dos créditos não recebidos nos últimos 5 (cinco) exercícios, utilizam-se os procedimentos legais previstos na Lei de execução Fiscal n.º 6.830/80, através do lançamento na Dívida Ativa do Corecon-RJ dos créditos não recebidos no prazos legalmente estabelecidos, e posterior cobrança através de execução fiscal na Justiça Federal. Em 2021, foram encaminhadas 960 Comunicações Amigáveis para Quitação de Débitos aos economistas, devedores das anuidades de 2017 a 2021. Os dados referentes dívida ativa de 2022, nos aspectos qualitativos e quantitativos, ainda não foram disponibilizados pelo sistema. O Corecon-RJ aderiu ao RECRED em 2022, programa de recuperação de créditos promovido pelo Conselho Federal de Economia. Foi um programa que buscou a recuperação das anuidades devidas pelos economistas e empresas, que consistiu na anistia dos encargos moratórios, que chegavam a 100%, caso o montante devido fosse quitado à vista ou até 90%, dependendo dos números de parcelas pactuadas. No final do programa, foram realizados 424 acordos com economistas e 24 acordos com empresas registradas.

6.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: O objetivo proposto foi o de elevar em 10% o montante de recebimento das anuidades vencidas através da cobrança administrativa e execução fiscal. O resultado geral obtido no exercício de 2022 foi negativo, tendo apresentado um decréscimo de 17,19% em relação ao exercício de 2021. Embora o resultado não tenha sido alcançado, deve-se ressaltar que a base comparativa que é o resultado de 2021 foi

excepcional, e embora negativo, o resultado de 2022 pode ser considerado excelente, uma vez que arrecadou cerca 1,26 milhões de reais.

6.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: Com o retorno presencial das atividades do Conselho em 2021, a Secretaria de Fiscalização priorizou as atividades de fiscalização propriamente ditas, como atualização de processos e aberturas de novos processos. Houve atualização cadastral, mas feito de forma pontual, e sem o registro de tal procedimento. Como houve um aumento significativo na abertura de processos (tanto comparando 2021 com 2020, quanto 2022 com 2021), os esforços estão voltados para atrair mais economistas e empresas para nosso banco de cadastro, mas sempre observando qualquer alteração em informações cadastrais, para serem repassadas para Secretaria de Registros.

6.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, não foram tomadas, neste exercício, ações concretas que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, a Secretaria de Registro tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumprem as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus pedidos de cancelamento de registros profissionais deferidos.

6.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 174 recadastramentos, representando um decréscimo de 12,56% em relação ao exercício de 2021.

6.1.4.7 – manter a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos: Em 2022, o Corecon-RJ aplicou os recursos em poupança e em fundo de investimento lastreado em títulos públicos, conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

6.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido, a digitalização da maioria de cópias ao fiscalizados, assim como de documentos a serem enviados à Assessoria Jurídica, além de conscientização sobre o uso de canecas ao invés de copos descartáveis e sobre a utilização do ar-condicionado e luzes do setor. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabem adotá-las na Secretaria de Fiscalização.

6.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

6.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Ação de caráter contínuo, através das entrevistas e dos artigos

divulgados no Jornal dos Economistas e nos podcasts “Entre Celsos e Marias” durante todo o ano.

6.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: Não foram realizados seminários internamente, mas o Corecon-RJ patrocinou eventos conforme item 6.1.5.8;

6.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a discussão de diversos temas ligados a ciência econômica. A maior iniciativa foi o patrocínio do curso promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos - IBEP: “Pensadores do Brasil”, que teve programação destinada a promover a leitura crítica e o aprofundamento da compreensão de obras consideradas seminais. As aulas abordaram temas das interpretações do Brasil e seus intérpretes, as especificidades do Brasil e a identidade nacional; Estado moderno no Brasil; sociedade e cultura brasileira; formação econômica e modernização da economia brasileira. Internamente, o Corecon-RJ realizou dois cursos em formato online: Temas de Conjuntura II (gratuito), aberto ao público em geral; e o Curso de Perícia Judicial Econômica.

Outra importante iniciativa foi a promoção do livro “Dominância Financeira e Privatização das finanças públicas no Brasil”, organizado por Rudinei Marques e José Celso Cardoso. No dia 15/08, foi realizado um debate sobre o livro que contou com a presença de José Celso Cardoso, Arnaldo Provasi Lanzara, Eduardo Costa Pinto, Renata Lins e Antonio José Alves Jr.

6.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada

6.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições: Ação realizada em conjunto com o item 6.1.5.3

6.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica: Ação não realizada

6.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: A execução da ação depende da finalização do item 1.3, mas foi dado um primeiro grande passo ao realizar, em 2022, o Desafio “Quero ser Economista”, onde nos foi informado pelo Cofecon que 151 (cento e cinquenta e um) alunos do Estado do Rio de Janeiro se inscreveram para participação do evento, realizado de forma virtual.

6.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: O Corecon-RJ concedeu apoios em 2022 a eventos promovidos por entidades que buscam o debate e propostas de solução para os problemas ligados à

economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: Apoio institucional para publicação da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política; II Colóquio Relações Internacionais e Marxismo; XV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira - AKB; 46º ENECO Rio 2022; Congresso Nacional do Coletivo Desajuste - Economia Fora da Curva; Semana de Economia da UFF - Campos dos Goytacases; XXVII XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia; e XXXVII Congresso da ANGE.

6.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Ação realizada conforme itens 6.1.5.3 e 6.1.5.8.

6.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos: Ação em constante andamento.

6.1.5.11 – contribuir na viabilização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia de 2022: O Corecon-RJ concedeu apoio institucional no valor de R\$8.500,00 para a realização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) em João Pessoa. Além do patrocínio, o Corecon-RJ enviou uma delegação de 12 economistas para participarem do evento e 2 estudantes para a Gincana Nacional de Economia, realizada no mesmo local.

6.2 – Resumo dos resultados:

A maior parte das ações previstas no Plano de Trabalho para o exercício de 2022 estão em curso ou em andamento. As ações que não foram realizadas foram postergadas para 2023.

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nos itens acima, destacamos: 1) a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2022; 2) a reestruturação da Secretaria de Registro que permitiu potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; 3) perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; 4) continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; 5) controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.

7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão



7.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro é o instrumento utilizado para dar continuidade da execução do planejamento estratégico da Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade e sua capacitação para o cumprimento de sua missão institucional primária que é a fiscalização profissional das Pessoas Jurídicas e Físicas que exercem as atribuições privativas e inerentes aos Economistas. Tendo em vista os avanços obtidos durante os últimos exercícios, o Programa de Trabalho propõe como prioridades, a continuidade dos esforços para promover a valorização profissional dos economistas; a ampliação e consolidação da estrutura de fiscalização; a manutenção dos esforços para garantir adequada capacidade financeira, via ingresso de novos registros; a continuidade da realização de eventos, a publicação de livros e cartilhas sobre questões vinculadas a Ciência Econômica; a manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, a partir da ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e imprensa.

As ações que compõem o Plano de Trabalho foram definidas, ao longo dos anos, pelos sucessivos presidentes, plenários e chefias de cada Secretaria, ao amparo dos cinco projetos já mencionados: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; e Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional.

As principais ações estratégicas do Programa de Trabalho estão agrupadas, atualmente, nos projetos 1, 2 e 5 sendo complementadas pelas contidas nos de nº 3 e 4.

Em relação ao Projeto 1, o trabalho é feito em conjunto com o Conselho Federal e os demais conselhos regionais com o objetivo de atualizar a legislação regulamentadora das atividades profissionais dos economistas; manutenção da oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos profissionais registrados em situação regular perante o Conselho; manutenção da premiação para os alunos autores das melhores monografias de fim de curso; e a promoção da Gincana Estadual de Economia destinada ao mesmo público. Em relação às ações relacionadas no Projeto 2 a expectativa, decorrente da manutenção é a possível ampliação da estrutura da Secretaria de Fiscalização durante o próximo exercício, é a de aprimorar e ampliar o raio de ação da fiscalização, tendo como foco principal as pessoas jurídicas que atuam no campo da Ciência Econômica.

Em relação ao Projeto 3 as principais prioridades são a continuidade do processo de reestruturação da Secretaria de Registros; a complementação do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão, principalmente em relação aos processos de execução fiscal; e a promoção de atividades destinadas à capacitação e atualização dos empregados da Autarquia. Na execução do Projeto 4 continuaremos priorizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de anuidades e taxas; a execução da Política para Tratamento da Inadimplência, por via administrativa e jurídica; desenvolveremos esforços para elevar a quantidade de registros de pessoas jurídicas e físicas, e aprofundaremos a política de preservação do valor da reserva financeira. Vinculadas ao Projeto 5 encontram-se o desenvolvimento de relações mais próximas com os demais conselhos regionais de economia; as instituições acadêmicas, buscando elevar a qualidade e quantidade das interações com os estudantes e professores de economia; a ampliação do relacionamento com instituições públicas e privadas, buscando consolidar e amplificar a influência do Corecon-RJ na discussão de temas de interesse público relevantes, tais como, a análise e acompanhamento dos reflexos da crise econômica e política mundial e seus impactos na economia brasileira; a dimensão adequada do papel do Estado Brasileiro na economia; orçamento público; dívida pública; reformas tributária, agrária e política; e os processos de integração regional (MERCOSUL; CAN; Comunidade Sul Americana de Nações; e BRICS); bem como apoiar iniciativas, a exemplo do movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Para potencializar os resultados a serem obtidos com este projeto, o Corecon-RJ também seguirá apoiando e estreitando relações com fóruns, redes e associações sem fins lucrativos, ligados a movimentos sociais que tratam dessas questões, dentre as quais se encontram a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira para Integração dos Povos. Incluem-se ainda nesta área as iniciativas voltadas para o fortalecimento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e sua disseminação por outros estados da federação.

Wellington Leonardo da Silva
Secretário Executivo

7.2 – Gestão orçamentária e financeira:

7.2.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no ano foi de R\$ R\$ 5.899.500,46. Deste montante, R\$ 4.047.395,49 estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); R\$ 288.680,48 são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos da Caderneta de Poupança e títulos da dívida pública); R\$ 86.599,06 são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$ 1.476.825,43 são referentes à Outras Receitas Correntes, que engloba Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas (Multas sobre o Exercício Ilegal da Profissão, Receita de Dívida Ativa, Receitas de

Cursos, Atualização Monetária s/ Anuidades, etc...). Comparado com o exercício de 2021, houve um aumento de cerca de 3,6%.

Tabela 4: Comparativo de Receitas 2021-2022

RECEITA		
Classificação	2021	2022
Receitas Correntes	R\$ 5.693.239,56	R\$ 5.899.500,46
Receita de Contribuições	R\$ 3.650.306,11	R\$ 4.047.395,49
Receita Patrimonial	R\$ 124.339,03	R\$ 288.680,48
Receita de Serviços	R\$ 67.748,15	R\$ 86.599,06
Transferências Correntes	R\$ 0,00	
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.850.846,27	R\$ 1.476.825,43
Multa sobre o Exercício Ilegal da Profissão	R\$ 14.064,44	R\$ 54.370,64
Receita de Dívida Ativa	R\$ 1.490.480,84	R\$ 1.182.493,88
Receitas Diversas	R\$ 346.300,99	R\$ 239.960,91
Receita de Capital	0	0
Total de Receitas	R\$ 5.693.239,56	R\$ 5.899.500,46

7.2.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas em 2022 foi de R\$5.863.015,74, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$2.809.683,86; as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$50.490,14; as Despesas com Serviços de Terceiros e Encargos (Remuneração de Pessoal e Encargos, Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, etc...) somaram R\$1.893.827,30; as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasep) somaram R\$1.100.373,43; e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$8.641,01. Comparado com o exercício de 2021, houve uma diminuição de cerca de 6,2%.

Tabela 5: Comparativo de Despesas 2021-2022

DESPESA		
Classificação	2021	2022
Despesas Correntes	R\$ 6.245.999,69	R\$ 5.854.374,73
Despesas de Pessoal	R\$ 2.864.162,76	R\$ 2.809.683,86
Material de Consumo	R\$ 53.995,53	R\$ 50.490,14
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 2.198.327,91	R\$ 1.893.827,30
Transferências Correntes	R\$ 1.129.513,49	R\$ 1.100.373,43
Despesas de Capital	R\$ 8.935,78	R\$ 8.641,01
Total de Despesas	R\$ 6.254.935,47	R\$ 5.863.015,74

7.2.3 – Resultados da área-fim

7.2.3.1 – Quantidade de fiscalizações, denúncias, autos de infração e notificações feitas pela Secretaria de Fiscalização em 2022:

Tabela 6: Resultados da área fim

Secretaria de Fiscalização - 2022	Quantidade PF	Quantidade PJ
Total de fiscalizações realizadas	69	71
Total de denúncias recebidas e analisadas	1	0
Total de profissionais/empresas fiscalizados	69	71
Total de autos de infração	91	41
Total de notificações	112	69

7.2.3.2 - Número de processos instaurados e julgados: 137 (cento e trinta e sete) processos instaurados no ano de 2022, sendo 50 (cinquenta) processos já julgados e encerrados.

7.2.3.3 - Número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas: 1 processo. Denúncia realizada pelo poder judiciário, por falha na atuação do perito economista, mas não enviou os documentos comprobatórios. Foi solicitado o envio, mas ainda sem retorno.

7.2.3.4 - Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes: Foram aplicadas 60 multas no total durante o ano de 2022. Foram 45 multas para pessoas físicas e 15 multas para pessoas jurídicas. Para o caso de pessoa física, 4 fiscalizados pagaram as multas aplicadas nesse ano, mas No caso de pessoas jurídicas, temos também 4 multas pagas integralmente do ano de 2022. Ademais, ocorreram pagamentos de parcelamentos feitos anteriormente, de multas aplicadas em outros anos, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, que foram obtidas através de envio de Comunicação Amigável ou através de processo de execução fiscal.

7.2.3.5 - Número de processos referentes ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público: 1 processo instaurado contra uma empresa, por contratar para o cargo de Analista Macroeconômico profissionais com formação acadêmica distinta da economia. Cumpre-nos informar que, de acordo com nossa Assessoria Jurídica, não existe falar em Exercício Ilegal da profissão de Economista, uma vez que o artigo 282 do Código Penal prevê apenas as profissões de médico, dentista ou farmacêutico como passíveis de desempenho ilegal. No caso dos economistas, somente poderia ser

encarado como contravenção penal, conforme determina o artigo 47 da Lei 3.688/41 (Lei das Contravenções penais).

7.3 – Gestão de Pessoas

7.3.1 – Conformidade Legal

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Entretanto, em virtude de um impasse jurídico quanto ao regime de contratação dos Conselhos de Fiscalização Profissional, onde alguns tribunais entendem pela aplicação do regime estatutário, não há concurso público em vigor para o preenchimento de vagas no Corecon-RJ. O último concurso público realizado em 2010 foi suspenso por ação judicial em virtude do edital prever a adoção da CLT como regime de contratação de empregados.

7.3.2 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2022, o Corecon-RJ possuía 23 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	11/06/1973 (49 anos)	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EX TERNO	Nível Médio Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	02/02/1959 (63 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/CONVÊNIOS	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	17/04/1966 (56 anos)	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	15/12/1971 (51 anos)	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	21/10/1959 (63 anos)	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
RAQUEL DE LIMA DA CUNHA E SOUZA	12/08/1977 (45 anos)	11/03/2019	CLT	ASSESSORA ESPECIAL DA SECRETARIA EXEC. E PRESIDÊNCIA	Superior Completo
MARCELLA CLARICE VEIGA DE MEDEIROS	23/08/2002 (20 anos)	28/04/2022	CLT	APRENDIZ EM QUALIDADE EM SERV. ADMINISTRATIVOS	Nível Médio Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE REGISTRO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	14/01/1965 (58 anos)	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/04/1988 (33 anos)	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	BIBLIOTECÁRIA I/BIBLIOTECA	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	29/01/1969 (54 anos)	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	12/09/1976 (46 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	15/10/1965 (57 anos)	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	06/03/1984 (38 anos)	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
------	--------------------	------------------	-------------------	-------	--------------

ALBERTO BARROSO NETO	23/02/1992 (30 anos)	27/02/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
CÁSSIA GAMARO SALEIRO	05/08/1985 (37 anos)	30/06/2017	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	25/07/1985 (37 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
VICTOR HUGO CAMPOS REIS ALVES	25/09/1990 (32 anos)	25/01/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE CURSOS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	10/08/1976 (46 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	28/03/1970 (52 anos)	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/CURSOS	Nível Médio Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	24/02/1957 (65 anos)	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	22/12/1958 (64 anos)	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	05/04/1979 (43 anos)	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo

VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	27/01/1985 (37 anos)	02/06/2014	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/COMPRAS	Nível Médio Completo
--------------------------	----------------------	------------	------------------------	-----------------------------------	----------------------

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2022, com vinte e três efetivos Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com dois técnicos de informática terceirizados.

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Não foram feitas contratações feitas em 2022 por meio de concurso público, cujo prazo foi encerrado em 2016.

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	2	6	5	6	4

Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	0	11	12

d) Terceirização da Mão de Obra:

Em relação aos contratos terceirizados, o Corecon-RJ possui contrato com assessoria de informática através de processo licitatório. Os dados do contrato são representados na tabela abaixo:

Tabela 10 Terceirização de mão de obra

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2021	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	SPECTRANET CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 04.023.393/0001-00	2019	-	0	1	1	Ativo

7.3.3 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

Tabela 11: Despesas com Pessoal

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2021	2022
Salários	R\$ 1.706.423,60	R\$ 1.725.114,42
Férias e 13º Salário	R\$ 199.542,42	R\$ 193.922,42
Indenizações	R\$ 79.876,31	R\$ 0,00
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 315.904,41	R\$ 344.707,60
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 253.161,09	R\$ 247.740,75
INSS	R\$ 401.689,26	R\$ 404.409,99
FGTS	R\$ 151.319,75	R\$ 153.514,07
Demais Despesas (Auxílio Creche, Auxílio Funeral e Reajuste por mérito)	R\$ 27.284,76	R\$ 37.324,51
Total	R\$ 3.135.201,60	R\$ 3.106.733,76

Em linhas gerais as despesas com pessoal se mantiveram dentro da normalidade, com pequenas oscilações em relação a 2021.

7.4- Gestão de licitação e contratos:

O Corecon-RJ adota a Lei nº 8666/93 para contratação de bens e serviços. Na tabela abaixo, consta o resumo dos contratos em vigor.

Tabela 12: Contratos terceirizados

NOME	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL
OI EMPRESAS	Provedor de internet - Oi Fibra 400MB	R\$ 119,84
CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 1.460,00
MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	Assessoria Jurídica	R\$ 11.976,85
GOOGLE	Assinatura do pacote Google Workspace Business Standard (reuniões e aulas virtuais)	R\$ 104,76
CDL-RIO	Assinatura de site para localização e alteração de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas registradas no Corecon-RJ.	R\$ 763,23
SANTA CASA CARD	Auxílio Funeral	R\$ 251,78
DIGIRATI INFORMÁTICA SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES	Hospedagem do site e contas de email; envio de emal marketing	R\$ 650,90
KAIKE COMÉRCIO E SERVIÇOS	Aluguel de Copiadora	R\$ 448,00
CANVA	Assinatura de software para edição de imagens	R\$ 35,00
SODEXHO PASS (*)	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 20.059,76
ASSIM SAÚDE	Plano de Saúde para empregados e dependentes	R\$ 25.806,05
ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 635,28
SPECTRANET CONSULTORIA LTDA	Assessoria de Informática	R\$ 8.333,33
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS	Compra de passagens aéreas	variável
DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	Edição e Diagramação do JE	R\$ 7.500,00
MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	Assessoria de Contabilidade	R\$ 6.676,81
ASSIM SAÚDE	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 650,00
HUMBERTO JANSEN MACHADO	Assessoria Jurídica referente ao Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauíl	R\$ 6.060,00

(*) Estimativa. Valor pode variar em função da quantidade



7.5 -Gestão patrimonial e infraestrutura

O Conselho tem registrado em seu patrimônio o 16º e 19º andares do edifício localizado na Avenida Rio Branco, No 109, Centro, Rio de Janeiro. No 16º andar está localizada a Secretaria de Cursos, o arquivo de processos de pessoas físicas e jurídicas e a sala de Plenária. No 19º andar, estão instalados a Secretaria de Registro, a Secretaria Executiva, a Fiscalização, a Secretaria de Administração e Finanças e o Auditório.

O controle de bens patrimoniais é feito pela Secretaria de Administração e Finanças, que é responsável pela checagem anual dos itens que compõem o patrimônio do Corecon-RJ. A relação de bens está publicada no site ([PORTAL-CORECON-RJ](#)) Existe ainda uma Comissão de Alienação de Bens que é responsável por eventuais descartes de bens inservíveis.

7.6 - Gestão da tecnologia da informação:

Atualmente, existem 41 microcomputadores (sendo 04 servidores) e 14 impressoras em funcionamento nas dependências do Corecon-RJ. Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- BR Conselhos: Desenvolvido pela empresa BRC SOLUCOES EM GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA – CNPJ nº 23.706.503/0001-82. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.
- Siscac: Desenvolvido pela empresa Studios Tecnologia da Informação LTDA – CNPJ nº 08.545.231/0001-92. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ, adaptados ao novo PCASP. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.
- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ nº 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento.
- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ Nº 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado.



- AFIN: Desenvolvido pela empresa Easy System Informática Ltda – CNPJ nº 18.469.063/0001-57. Trata-se do sistema responsável pelo controle financeiro e contas a pagar. O sistema foi implantado em 2007 e não houve necessidade de contratação de manutenção mensal.

7.7- Gestão de custos

Por falta de previsão legal, o Corecon-RJ não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

7.8- Sustentabilidade ambiental

O Corecon-RJ não possui um projeto ou ação específica voltada para a sustentabilidade ambiental. Entretanto, existe a conscientização dos empregados no sentido de diminuir, na medida do possível, o consumo de papel e tinta de impressora, assim como outros bens de consumo que possam causar impactos ambientais.

7.9– Transferência de Recursos

Na tabela abaixo, consta o resumo dos apoios institucionais concedidos em 2022.

Tabela 13: Transferência de recursos

Descrição	Valor Solicitado
Apoio Institucional para o curso "Pensadores do Brasil" - IBEP	R\$ 8.000,00
Apoio Institucional - Revista SEP	R\$ 8.160,00
Apoio Institucional - II Colóquio Relações Internacionais e Marxismo	R\$ 8.300,00
Apoio Institucional - XV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira	R\$ 20.000,00
Apoio Institucional - 46º ENECO Rio 2022	R\$ 20.000,00
Apoio Institucional - Congresso Nacional do Coletivo Desajuste - Economia Fora da Curva	R\$ 7.800,00
Apoio Institucional - Semana de Economia da UFF - Campos dos Goytacases	R\$ 2.000,00
Apoio Institucional XXXVII Congresso da ANGE	R\$ 5.000,00
Total 2022	R\$ 79.260,00

8- Demonstrações contábeis

Tabela 14: Balanço financeiro

Balanço Financeiro			
Ano do Exercício: 2022		Período: 01/01/2022 até 31/12/2022	
Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	5.899.500,46	DESPESA ORÇAMENTARIA	5.863.015,74
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	5.899.500,46	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	5.854.374,73
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	8.641,01
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	13.655.299,42	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	13.774.078,01
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	4.800,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	4.800,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	7.234.901,32	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	7.235.628,41
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.345,35	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.688,84
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	12.287,18	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	44.318,80
PESSOAL A PAGAR	1.863.633,87	PESSOAL A PAGAR	1.863.633,87
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	596.073,23	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	612.260,80
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.747.103,28	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.701.113,87
VALORES EM TRÂNSITO	113.659,40	VALORES EM TRÂNSITO	2.633,94
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.081.333,45	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.089.392,79
DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	DESCONTOS CONCEDIDOS	218.606,69
DESCONTOS OBTIDOS	162,34	DESCONTOS OBTIDOS	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.920.624,88	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.838.331,01
TOTAL GERAL	21.475.424,76	TOTAL GERAL	21.475.424,76

Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Demonstração de Variações Patrimoniais				Período: 01/01/2022 até 31/12/2022			
Ano do Exercício: 2022							
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	5.361.773,43	5.847.095,07	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	6.157.178,45	6.584.164,59
4.1	CONTRIBUIÇÕES	4.746.370,64	5.308.064,44	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.887.831,33	2.813.411,04
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	4.746.370,64	5.308.064,44	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.887.831,33	2.813.411,04
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	4.746.370,64	5.308.064,44	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.887.831,33	2.813.411,04
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	129.117,13	139.802,57	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	23.274,91	13.235,16
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	129.117,13	139.802,57	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	23.274,91	13.235,16
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	129.117,13	139.802,57	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	23.274,91	13.235,16
4.3	FINANCEIRAS	486.285,66	398.637,06	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.886.255,85	2.189.954,78
4.3.1	FINANCEIRAS	486.285,66	398.637,06	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.886.255,85	2.189.954,78
4.3.1.1	FINANCEIRAS	486.285,66	398.637,06	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.886.255,85	2.189.954,78
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	255.948,24	43.444,20
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	255.948,24	43.444,20
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	255.948,24	43.444,20
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	372.127,79
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	372.127,79
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	372.127,79
				1/3	Siscac		
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	591,00	3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.100.373,43	1.129.513,49
				3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.494,69	22.478,13
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	591,00	3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.100.373,43	1.129.513,49
				3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.494,69	22.478,13
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	591,00	3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.100.373,43	1.129.513,49
				3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.494,69	22.478,13
	DEFICIT	-795.405,02	-737.069,52				
	TOTAL:	6.157.178,45	6.584.164,59				

Tabela 16: Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Valor Atual
1	ATIVO	40.179.818,72
1.1	ATIVO CIRCULANTE	7.651.027,95
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.838.331,01
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.838.331,01
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	3.614.157,71
1.1.2.1	CRÉDITOS A RECEBER	3.614.157,71
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	2.138.445,38
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	47.497,30
1.1.3.2	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	4.160,43
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.086.787,65
1.1.4	ESTOQUES	60.093,85
1.1.4.1	ALMOXARIFADO	60.093,85
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	32.528.790,77
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	30.730.884,83
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	30.730.884,83
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.797.905,94
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.796.788,30
1.2.2.3	INTANGÍVEL	1.117,64
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.179.818,72
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	548.712,94
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	31.925,25
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	31.925,25
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	118.023,16
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	118.023,16
2.1.3	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	114.739,20
2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	113.982,10
2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	757,10
2.1.4	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	284.025,33
2.1.4.1	PROVISÕES TRABALHISTAS	284.025,33
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.631.105,78
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.631.105,78
2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.631.105,78
Especificação		Valor Atual
ATIVO FINANCEIRO		3.976.776,39
ATIVO PERMANENTE		36.203.042,33
SALDO PATRIMONIAL		
		1/2
		Siscac

Compensações			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
CONTROLES CREDITORES	1.200,00	CONTROLES CREDITORES	1.200,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.200,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.200,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.200,00		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	1.200,00		
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.200,00		
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro			
			Valor Atual
Superávit Financeiro			3.428.063,45

Tabela 17: Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário						
Ano do Exercício: 2022			Período: 01/01/2022 até 31/12/2022			
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	6.536.000,00	6.536.000,00	5.899.500,46	636.499,54	
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	4.692.000,00	4.692.000,00	4.047.395,49	644.604,51	
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	278.000,00	278.000,00	375.279,54	-97.279,54	
6.2.1.3	FINANCEIRAS	168.000,00	168.000,00	197.442,84	-29.442,84	
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.250.000,00	1.250.000,00	1.182.493,88	67.506,12	
6.2.1.5	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00	
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	142.000,00	142.000,00	96.888,71	45.111,29	
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	2.070.000,00	2.070.000,00	0,00	2.070.000,00	
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	
6.2.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.068.000,00	2.068.000,00	0,00	2.068.000,00	
	TOTAL DAS RECEITAS:	8.606.000,00	8.606.000,00	5.899.500,46	2.706.499,54	
	DÉFICIT			377.543,10		
	TOTAL GERAL:			6.277.043,56		
Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	8.511.000,00	8.511.000,00	6.268.402,55	5.854.374,73	2.242.597,45
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	4.981.000,00	4.981.000,00	3.125.033,44	2.786.408,95	1.855.966,56
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	46.000,00	46.000,00	26.000,00	23.274,91	20.000,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.236.000,00	2.236.000,00	1.998.329,13	1.944.317,44	237.670,87
6.3.1.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.248.000,00	1.248.000,00	1.119.039,98	1.100.373,43	128.960,02
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	95.000,00	95.000,00	8.641,01	8.641,01	86.358,99
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	95.000,00	95.000,00	8.641,01	8.641,01	86.358,99
	TOTAL DAS DESPESAS:	8.606.000,00	8.606.000,00	6.277.043,56	5.863.015,74	2.328.956,44
	TOTAL GERAL:			6.277.043,56		

9- Outras informações relevantes

9.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Todos os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, definido no ano anterior. Ao final do exercício, todas as secretarias e setores quem compõem o Corecon-RJ elaboram seus respectivos relatórios de ações desenvolvidas, baseadas no Programa de Trabalho, contendo tanto informações quantitativas como qualitativas. Esses relatórios são compilados num único documento – no Relatório de Gestão. O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho.

9.2- Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

Não foi realizado um processo específico para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado. Conforme mencionado no item anterior (9.1), as informações geradas pelas Secretarias e setores do Corecon-RJ são reunidas num único Relatório de Gestão, que engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.



9.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações específicas por parte do TCU.



Anexos e apêndices

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TCU 198/2022 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Corecon-RJ, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Flávia Vinhaes Santos
Presidente

Guilherme Tinoco O dos Anjos
Secretário de Adm e Finanças